

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ Secretaria Legislativa

Assessoria das Comissões

Projeto - Lei Nº 083/2010

	PÚBLICOS	MUNICIPAIS	EFETIVOS	F	DÁ	OUTRAS
	PROVIDÊNC			==	J	oo mato
	\$ -					
	Edit					
	19————————————————————————————————————					
Autor	PODER EXE	CUTIVO				
	ris.					
	ų.					

Data: 30/09/2010



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER EXECUTIVO ESTADO DE RONDÔNIA

Mensagem n. <u>_\5\0</u>/2010

Em, 30 de Setembro de 2010.

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores:

Visa a presente propositura obter a providente autorização dessa Casa de Leis, para que o Executivo possa conceder em favor dos servidores públicos municipais do quadro efetivo de São Miguel do Guaporé o pagamento de auxílio alimentação, visando, conceder em favor dos mesmos, mais um benefício funcional.

Esclarece que assim, estará complementando a renda do servidores de forma com que, com isso, este e sua família possam ter uma condição mais digna e adequada de alimentação, atendendo a novel discrição trazida pelo art. 6° da Constituição Federal, bem como, melhorando a sua qualidade de vida.

Também, como haverá um aumento nos recursos que circularão no comércio local, tal medida tende a proporcionar também a melhora do pequeno empreendedor e com isso, estimulando o desenvolvimento e a economia municipal.

Desta forma, contando como sempre na acurada análise a ser promovida por Vossas Excelências, é que contamos com o aval dos Senhores Vereadores.

Cordialmente

Ângelo Fenali Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER EXECUTIVO ESTADO DE RONDÔNIA

Projeto de Lei n. 223 /2010

Em, 30 de Setembro de 2010.

"Cria o Auxílio alimentação em favor dos Servidores Públicos Municipais efetivos e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e SANCIONA a seguinte

<u>LEI</u>

Art. 1º. Fica o Poder Executivo devidamente autorizado a conceder em favor dos servidores públicos municipais ativos do quadro dos servidores efetivos do quadro de pessoa da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, auxílio alimentação mensal, da seguinte forma:

a) Para aqueles com Vencimento até R\$ 800,00	R\$ 150,00
b) Para os demais servidores	R\$ 100,00

- § 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório, e subsistirá até que o servidor venha aposentar e se desligue definitivamente de suas funções.
 - § 2º O auxílio-alimentação não será:
 - a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- **b)** configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para com a Previdência Social.
- Art. 2º. Poderá os valores constantes no artigo anterior ser corrigido anualmente, mediante ato próprio, e terá como limite a variação dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, da Fundação Getulio Vargas FGV, ou outro que vier a substituí-lo.
- Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo, suplementadas posteriormente, se necessário.
 - Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 06 de Julho,

Âŭgelo Fenali Prefeito Municipal

Avenida São Paulo, 1.490 - fone 69 3642 2200



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER EXECUTIVO ESTADO DE RONDÔNIA

Mensagem n. __\50 /2010

Em, 30 de Setembro de 2010.

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores:

Visa a presente propositura obter a providente autorização dessa Casa de Leis, para que o Executivo possa conceder em favor dos servidores públicos municipais do quadro efetivo de São Miguel do Guaporé o pagamento de auxílio alimentação, visando, conceder em favor dos mesmos, mais um benefício funcional.

Esclarece que assim, estará complementando a renda do servidores de forma com que, com isso, este e sua família possam ter uma condição mais digna e adequada de alimentação, atendendo a novel discrição trazida pelo art. 6° da Constituição Federal, bem como, melhorando a sua qualidade de vida.

Também, como haverá um aumento nos recursos que circularão no comércio local, tal medida tende a proporcionar também a melhora do pequeno empreendedor e com isso, estimulando o desenvolvimento e a economia municipal.

Desta forma, contando como sempre na acurada análise a ser promovida por Vossas Excelências, é que contamos com o aval dos Senhores Vereadores.

Cordialmente

/ Ângelo Fenali Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER LEGISLATIVO ESTADO DE RONÔNIA

PARECER JURÍDICO

Em análise ao projeto/mensagem sob o n.º 083/10 que "CRIA O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EM FAVOR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFTIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", temos a dizer o sequinte:

O projeto em questão pretende a concessão de benefício ao funcionalismo público municipal, denominado auxílio alimentação. De plano verifica-se que a medida busca aumentar a remuneração dos funcionários sem comprometer os índices destinados a folha de pagamento, tratando-se, portanto de artifício.

In casu e de acordo com as propostas da administração, antes de auxílio que não é computado no salário, melhor seria o reajuste em favor de todos, haja vista a economia alegada em caso de implantação do regime de previdência próprio, o que efetivamente ocorre desde o mês de junho do corrente.

Entretanto, não tendo sido tomada a medida oportuna e necessária, que é inclusive obrigação do alcaide, o auxílio suprirá necessidades imediatas, mas isso não deve fazer a administração ignorar a necessidade dos aumentos salariais.

Assim sendo, considerando que embora a medida não seja a mais recomendada, não afronta a lei, motivo pelo qual não vemos óbice a que o projeto suba ao plenário para apreciação e análise.

À superior consideração.

São Miguel do Guaporé, 15 de outubro de 2010.

Neide Skalecki Gonçalves Assessora Jurídica - OAB-RO 283-B



AO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO- VEREADOR GILMAR RAMOS.

Senhor Presidente:

Vimos por meio do presente encaminhar o Projeto de Lei de nº 083/10, de autoria do Prefeito Municipal, para a devida apreciação de Vossa Excelência e demais Membros da Comissão.

Sala das Sessões, em de 18 de outubro de 2010.

Darcy Tomaz
Presidente



Ao SENHOR PRESIDENTE DA CAMISSÃO PERMANENTE DE JUSTISA REDAÇÃO- VEREADOR SEBASTIÃO ARLETE.

Senhor Presidente:

Vimos por meio do presente encaminhar o Projeto de Lei de nº 083/10,de autoria do Prefeito Municipal, para a devida apreciação de vossa Excelência e demais Membros da Comissão.

Sala das sessões, em de 18 de outubro de 2010.

Atenciosamente,

Darcy Tomaz Presidente



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 083/10 que, "Cria o Auxilio alimentação em favor dos Servidores Públicos Municipais efetivos e dá outras providências".

A Comissão Permanente de Justiça e Redação, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado resolve exarar **Parecer Favorável.**

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2010

Presidente - Sepastião Arlete

Relator Jairo Almeida

Membro - Amarildo Ferreira



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 083/10, que "Cria o Auxilio alimentação em favor dos Servidores Públicos Municipais efetivos e dá outras providências".

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado resolve exarar *Parecer Favorável*.

É o Parecer.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2010

Presidente - Gilmar Ramos

Relator - Amarildo Ferreira

Membro - Antonio Correia